



CURSO DE
CIÊNCIAS
DA RELIGIÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II
LORENA MARQUEZAN**

DA RELAÇÃO ENTRE OS NEGROS E A IGREJA NO BRASIL.

PANAGIOTES A. THEODOROPOULOS

QUARAÍ/RS
Dez 2020.

DA RELAÇÃO ENTRE OS NEGROS E A IGREJA NO BRASIL.

Panagiotes A. Theodoropoulos¹
Marta Rosa Borin²

RESUMO

A escravidão negra em âmbito brasileiro decorreu em um período de quatro séculos, embora perceba-se grandes avanços de lutas contra os preconceitos, ainda são identificados fatos de permanência do racismo. A instituição do dia nacional da consciência negra, 20 de novembro, exemplifica uma das conquistas do povo negro, visto que implica na indagação por parte da sociedade sobre história, e quais as causas que ocasionaram a perpetração deste evento nefasto por um período considerável de tempo. A participação da igreja na coibição e aceitação da escravidão de seres humanos com o intuito de obtenção de lucro é objeto deste artigo, pois é de fundamental importância analisar qual a influência e participação da Igreja católica no processo de escravidão negra brasileira, não somente na implantação, mas entender quais motivos conduziram a sua manutenção e fortalecimento deste sistema de mão-de-obra no país. Concomitantemente, utiliza-se deste artifício para identificar qual ponto a religião poderia ser utilizada como justificativa para desencadear a situação, não havendo intenções de julgar as ações, mas realizar a observação de alguns fatos ocorridos a partir do relato de pesquisadores sobre a temática, em repositórios de pesquisas acadêmicas e livros.

Palavras-chave: Escravidão. Brasil Colônia, igreja.

ABSTRACT

Black slavery in Brazil took place over a period of four centuries, although there are great advances in struggles against prejudice, facts of permanence of racism are still identified. The institution of the national day of black conscience, November 20, exemplifies one of the achievements of the black people, since it implies the question by society about history, and what are the causes that caused the perpetration of this nefarious event for a considerable period of time, emphasizing the participation of the church in restraining and accepting the slavery of human beings in order to obtain a profit. It is of fundamental importance to analyze the influence of the participation of the Catholic Church in the Brazilian black slavery process, not only of the implantation, but of the reasons that led to its maintenance and strengthening of this labor system in the country. Concomitantly, this artifice is used to identify which point religion could be used as a justification to trigger the situation, with no intention of judging the actions but rather, observing some facts that occurred from the report of researchers on the theme, in academic repositories and books.

Keywords: Slavery. Brazil. Religion. Black.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar relação entre igreja e os negros no Brasil, com início no período colonial, buscando para isso um estudo bibliográfico para compreensão do tempo presente e, em seu decorrer, o futuro.

¹ Acadêmico do curso Licenciatura em Ciência da Religião, Universidade Federal de Santa Maria, panagiotes-theodoropoulos@susepe.rs.gov.br

² Orientadora. Coordenadora Substituta do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Departamento de Metodologia do Ensino/CE, mrborin@gmail.com

Para tanto, verificamos a existência de poucas obras na biblioteca pública de Quaraí, principalmente no que diz respeito a esta temática, visto que não foi encontrado obras específicas sobre o assunto, será utilizamos a bibliografia e artigos disponibilizados em periódicos acadêmicos online.

Caracteriza-se como indiscutível, que em maior parte dos seres humanos apresenta-se sentimento de indignação pelo comportamento cruel durante o período de escravidão, predominante ainda antes do descobrimento do Brasil, em Portugal, onde portugueses adotaram a prática de capturar seres humanos em território africano com motivações racionais, afim de priva-los de liberdade e forçar o trabalho sem remuneração, e em maior parte passível de represália física.

Em conformidade, a escravidão se tornou evidente durante o período de descobrimento das Américas, quando expedições portuguesas se direcionavam à África buscando riquezas, e assim raptavam negros nativos, sendo estes arrancados a força de suas aldeias, casas e de suas famílias, na maior parte das vezes brutalmente.

O olhar do explorador e colonizador enxergou nos negros, fraquezas e força, ingredientes que propiciariam vantagens econômicas e assim passaram a explorar um filão potencialmente rendável, e logo são definidas políticas nesse sentido.

Aqui nos valem das palavras de Jaime Pinski (2012, p.15), “em 1444, por exemplo, seis caravelas partem de Portugal com objetivo exclusivo e declarado de apresar escravos”, ou seja, evidenciasse aqui oficialmente o objetivo de caçar e capturar negros e leva-los para Portugal.

Em seguida, o autor assim se refere: “A volta da expedição a Portugal com mais de duzentos escravos foi saudada de forma entusiástica, o que contrastava com o espírito dos cativos, uns se lamentando em voz alta, outros caminhando cabisbaixos” (PINSKI, 2012, p.15).

Tal cenário, nos convida a usarmos a imaginação e visualizar a cena, o que pode ser, de um lado, mais de duzentos negros desembarcando acorrentados e vigiados por seguranças ao longo do percurso, e, no outro lado do cenário, os poderosos, os políticos da época gerenciando a situação, orgulhosos do êxito, imaginando as cifras que obteriam, e ainda, noutra parte do cenário, populares, uns induzidos a aplaudir o êxito governamental, e alguns tímidos olhares com certeza visualizando a injustiça que ali estava ocorrendo, mas sabedores de que sua manifestação poderiam incorrer em insubordinação.

Assim foi sendo gestada tal prática e daí por diante foi sendo aperfeiçoada com vistas a uma maior rentabilidade, ou seja, consideraram o tráfico de negros uma atividade

econômica altamente rendável, ainda que para isso fizessem vistas grossas para o ser humano de pele escura, e de toda sua conjuntura, valores, família, crenças, liberdade, quando o negro, então, passa a ser visto como mercadoria, “coisa”, uma vez que capturado não era mais livre, não tinha mais vontade, desejos e voz.

Por não ser o objetivo deste trabalho não adentraremos em fatores presentes na captura dos negros, tais como a força usada para tal e os meios cruéis empregados para obter o aprisionamento, e nem o número de escravos mortos no processo de captura, seja aqueles que se recusavam a deixar suas terras para serem condenados a viver em outro mundo, longe de seus familiares, como animais adestrados para prática de trabalhos forçados, seja aqueles que morriam durante o transporte atravessando oceanos.

Tais fatos são aventados no sentido de chamar atenção, para que se reflita, ou mesmo, se busque informar melhor quanto aos detalhes sórdidos que gravitaram em torno das ações, em torno da barbárie, com vistas a uma conscientização e, por conseguinte, o entendimento do tempo presente.

Dentre os objetivos deste trabalho podemos destacar as ações religiosas na manutenção e conservação da prática de escravizar homens e, para tanto, aventamos o discurso cristão da época, que sugeria que tudo que acontecia com o escravo era para seu bem, para salvação de sua alma, um elemento ideológico orquestrado a partir da associação governo versus Igreja, instituições que, na época, caminhavam de mãos dadas.

Como poderiam propagar que a sociedade deveria ser pautada na honestidade, quando praticavam tanta desonestidade frente a exploração do trabalho braçal obrigatório e sem justa contrapartida salarial?

Ou como assevera Jaime Pinski (2012, p. 39), “Noutras palavras, a conversão do negro ao cristianismo era determinada pela sua situação de escravo. O escravo não apenas podia ser católico: ele tinha que sê-lo”, e ainda constava no discurso, e por que não chamar de dogma, grifo nosso: “quando a religião dizia para o escravo: que deveriam trabalhar duro, para seu sustento, e conformar-se e se manter manso (Cristo não o fora?); em submeter-se a ordem vigente, em respeitar o senhor, e em arrepender-se das faltas-mesmo pequenas que eventualmente cometesse” (PINSKI, 2012, p.15),

E assim havia sido montado um aparato ideológico que, de um lado, atendia os interessados em obter lucro e, do outro, neutralizava ânimos, com chantagens altamente sofisticadas, ainda que para isso usassem o nome de Deus de forma inescrupulosa, como se observará adiante.

2 ESCRAVIDÃO E A IGREJA

Diante dos acontecimentos ocorridos no período da colonização, dos quais temos muitas pesquisas acadêmicas e algumas informações parciais, pois muito ainda pode ser escrito sobre o tema com novas versões, e ainda filmes podem ser produzidos, com relatos menos pacificados, dando conta por exemplo, “o escravo era batizado logo que chegava ao Brasil, no seu local de trabalho -fazenda ou cidade- recebia um nome “Cristão” e deveria esquecer a forma pela qual era chamado no seu lugar de origem,...” (PINSKI, 2012, p. 40).

A atribuição de um novo nome e o batismo representavam a transformação do cativo em escravo, isto é, o início do trabalho compulsório, “o escravo novo, mal acabado de chegar, já levava uma surra de relho, para não se meter a besta” (PINSKI, 2012, p. 47), servindo como alerta para o caso que viesse a desrespeitar as regras, isto é, para se manter em sua condição de escravo.

Noutros casos, o castigo era sistemático, violentíssimo e desmoralizador. O negro após sessões contínuas de tortura deveria engolir o seu orgulho e evitar qualquer manifestação de rebeldia ou independência”.

A análise de tais relatos nos dias de hoje, objetiva que se imagine um pouco o cenário do Brasil colônia, e assim mesmo haverá injustiça, pois a dor patrocinada pelo objetivo de vantagem jamais poderá ser mensurado, vez que havia naqueles dias uma atmosfera predominante de egoísmo e desrespeito motivado pelo único objetivo de obter vantagens patrimoniais em face da exploração da mão de obra ofertada pelo africano.

Mas, é preciso trazer a baila, um dos pilares em que se sustentou esse cenário, qual seja, nada mais nada menos, que o clero, os religiosos constituídos de autoridades à época.

Como entender que padres, desconsideraram princípios cristãos e ainda maquiaram tais princípios para justificarem tais condutas cruéis a quais submetiam os escravos. Como aceitar que Igreja esteve presente e não se comoveu com a dor do filho que ficou desamparado além mar? De que maneira entender que a Igreja ousava batizar, coercitivamente, sob pena de desobediência e patrocinava, ainda que indiretamente, torturas cruéis e desumanas?

Desconfiguravam por completo o homem negro, retirando-o da sua família, da sua pátria, do seu povo, de suas crenças, retirando seu nome, apagando sua identidade e lhe imputando um nome Cristão, um nome português, quando então tal cidadão passava a ser apenas um instrumento de trabalho, um objeto, uma coisa e, diante de tal cenário, os homens

de Deus ao final do dia repousavam em seus travesseiros satisfeitos do dever cumprido, felizes pelo arrebatamento e recruta ao rebanho de mais um cervo.

Imaginar a atmosfera que se encontrava naquela época seria experimentar um sofrimento, pois como poderiam os religiosos no seu dia a dia afirmarem tais práticas sem sentirem piedade? como podiam fazer tais coisas justificando ser a vontade de Deus? como pode que a Igreja tenha se tornado uma eficiente forma de auxílio de controle social? Como podia a igreja pregar a união da família a uns, se a outros avalizou e promoveu a desagregação, no caso as famílias dos negros?

No entanto, cabe-se salientar que esta pratica da escravidão era comum durante a Antiguidade e no período medieval, inúmeras foram as sociedades erguidas com mão de obra escrava, no Livro Guerra Santa, por exemplo, há menções de uma rebelião a qual reuniu cerca de meio milhão de escravos no território iraquiano, sendo assim percebe-se que a pratica escravista era comum e existindo mercados destinados a venda de crianças e mulheres para o norte da África.

E quanto ao que poderíamos chamar de cumplicidade da Igreja, frente aos castigos infligidos aos negros, que se materializou num processo real de violência institucionalizada, tais como, o açoite, cortar o punho do escravo, decepar orelhas, extirpar a língua e até mesmo enforcar o negro ou queimá-lo vivo, o que poderia ocorrer apenas para diversão dos senhores, sem falar de outras tantas dezenas de casos de crueldade aplicados a negros encontrados facilmente em qualquer obra literária afim.

Castigos que muitas vezes por seus excessos levavam ainda a morte, eram justificados como sendo a forma como a sociedade se defendia do negro marginal, daquele que não cumpria suas tarefas. Tal questão é incrementada onde, com propriedade, ilustra parte do infortúnio, assim:

No Rio de Janeiro, por exemplo os açoites eram praticados entre nove e dez horas da manhã. A cerimônia, anunciada com antecedência, provocava um ajuntamento do povo que via os infelizes, acorrentados, chegarem em fila de dois, escoltados pelos soldados, até uma praça central onde estava instalado o pelourinho (uma maciça e grande pedra, ou um tronco de madeira com duas argolas laterais) onde o negro era amarrado e supliciado. O povo escolhia o lugar predileto para assistir à barbara cena: ficando atrás da vítima podia observar melhor os estragos feitos pelo látigo, mas ficando de frente podia apreciar com mais acuidade as expressões de dor a cada açoite (PINSKI, 2012, p. 48).

Sublinhe-se, a guisa de reflexão, a expressão antes usada provocava um ajuntamento do povo, para que se possa compreender um pouco do que teria ocorrido e possa ser chamado de violência institucionalizada, pois, imagine-se um ajuntamento de pessoas para assistirem cenas de violência e sofrimento, quando um ser humano era chicoteado até sangrar.

Desta maneira, imagine-se os gritos que ecoavam? Imagine-se a satisfação de quem assistia e promovia o espetáculo? E os religiosos, com seu espírito santo, com seu espírito cristão onde estavam? O que sentiam quando ouviam os gritos do sofrimento? Havia naquela sociedade espaço para piedade e cordialidade, diante de tanta violência que, diuturnamente, estava presente em todos os cantos?

Ante a observação das políticas radicais, acima mencionadas, que objetivavam o martírio de seres humanos, é de se perguntar onde estava a Igreja quando o negro era açoitado até sangrar em praça pública, para deleite de muitos, onde estavam os padres naquele momento? E na busca por tais informações do passado que possam iluminar o presente, é que se busca olhar a presença da Igreja num momento horrendo da história humana.

No ano de 1789, inspirada na declaração da independência americana, a sociedade francesa em assembleia com base na ignorância, crueldade, esquecimento e desprezo ao ser humano, desabafou por meio de declaração solene os direitos humanos do homem e cidadão.

Complementa-se pelo pensamento de que

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. “Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis”, dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que “somente no terreno da utilidade comum”. A propriedade privada era um direito natural sagrado, inalienável e inviolável (HOBSBAWN, 2003, p.91).

Nesse contexto verificamos o que poderíamos chamar de primeiros atos nefastos por parte de quem deveria defender raças e pessoas, agindo em discordância com aquilo que deveria defender, ou seja, os princípios cristãos, e desprezando a ideologia do seu fundador Jesus Cristo, que dentre os mandamentos a serem observados, estava que devemos amar uns aos outros. Tais realidades são evidenciadas quando alguns autores apontam:

Uma Igreja, faminta por expansão, que passou a dedicar-se às conquistas coloniais. São os sacerdotes os primeiros colonizadores da África negra. Encontramos padres, ao lado dos conquistadores espanhóis, que massacraram os índios da América. Foram os padres que organizaram o comércio de escravos. Na verdade, foi o próprio Estado da Igreja que ordenou, em 1344, a conquista das Ilhas Canárias. [...] foi o bispo De Las Casas, após a conquista da América, que sugeriu que os indígenas, que não suportavam o trabalho massacrante e as doenças levadas pelos colonos, fossem substituídos por africanos. Assim, desde o início de 1500, os missionários da África começaram a organizar a exportação de escravos para a América, equipando os navios "missionários" para tal fim (FO; TOMAT; MALUCELLI, 2007, p 18).

As palavras dos autores parecem radicais, mas, com propriedade, trazem a tona um pouco do papel desempenhado pela participação ativa da Igreja nesse contexto desumano e cruel, onde qualquer crente nos dias de hoje concluiria, com propriedade, que naquela época o

Espírito Santo havia se afastado de todas autoridades religiosas que se envolviam ou compactuavam, ainda que pelo seu silêncio, com a captura de negros.

Um cristão mais crítico questionaria com mais profundidade se perguntando se o Espírito Santo havia se afastado, e se o Espírito Santo não movia o coração das autoridades religiosas. Que espírito então regia a Igreja? Que espírito regia as autoridades eclesiásticas? Seria um espírito movido pela ganância, pelo egoísmo, pelo interesse em enriquecer, ainda que a custas de sofrimento e crueldades contra aqueles que Jesus chamou de irmãos? E ainda, revelam um pouco do que teria sido o perfil daqueles homens, quando

O horror do colonialismo teve nos missionários seus mais ferozes defensores. Estes se dedicaram a extirpar as religiões tradicionais dos povos subjugados com a violência e a tortura. Chegaram até a impedir que as crianças falassem sua língua-mãe, punindo-as com castigos corporais (FO; TOMAT; MALUCELLI, 2007, p 19).

Em análise a tais conteúdos urge perguntar o quanto é assombrador acreditar que tais fatos tivessem acontecido, que tempos negros vigiam, onde as comunicações eram parcas e as pessoas oprimidas e subjugadas sem que houvesse oponentes, e os tribunais eram fictícios, que na maioria das vezes atendiam os interesses dos poderosos, caso contrário, os direitos humanos se ergueriam.

Lembrando, ainda, que em tais épocas Igreja e Estado caminhavam de mãos dadas, pelo que se observa que um dos efeitos daquela união poderosa está presente ainda nos nossos dias, e isso é visto nas escolas, pois raramente são apresentadas questões referentes as atrocidades ocorridas no período do colonialismo e o papel da Igreja nele, ou seja, a real participação da Igreja, seu posicionamento frente as barbáries, e os atos cruéis perpetrados, por exemplo. É como se tivesse uma cortina de fumaça, talvez para esconder dos fieis menos desavisados, um pouco da história da instituição onde professam sua fé.

Avançando na busca pelo entendimento das ações religiosas, vislumbramos conhecimentos verificados a partir do século XVI, onde a participação da Igreja Católica atua de forma ativa no processo de implantação e manutenção da escravidão no Brasil, visto que havia uma união entre Estado e Igreja nos impérios europeus, o regime de “padroado real”.

Conforme Pereira (2018), o catolicismo era a religião oficial do Brasil Imperial e a Igreja estava subordinada ao Estado, através do regime de Padroado, assim, cabia ao imperador a escolha dos clérigos para os cargos importantes da Igreja, da mesma forma que as bulas papais só eram aplicadas com o consentimento explícito do monarca.

Do mesmo modo, durante esta época, em maior parte os bispos pertenciam as famílias reais, visto que desta maneira o poder político e espiritual consistia ao rei, devido a esta

imposição designa-se a falta de vocação nos sacerdotes da época. Está prática corriqueira, era denominada como mencionado anteriormente em padroado real, onde por meio de acordo o estado português e a igreja de Roma assegurando os direitos das terras não exploradas, afim de propiciar a organização e posse religiosa.

Desta maneira, a igreja possuía o intuito de posse sob os territórios conquistados pelos portugueses, e posto isto a coroa poderia apossar-se do dizimo ofertado pelos fiéis.

Tal permuta de interesses, designaria a coroa o dever de fornecer remuneração ao clero, além de prover a construção e preservação dos prédios da Igreja, em contra partida a mesma teria responsabilidade pela nomeação de diocese e bispos, além disto estipulavam o pensamento em torno da obediência religiosa e do estado, dando ideia de controle de almas.

Pela conceituação retro poderá se concluir da existência de um acordão, um contrato realizado entre Igreja e Estado, a andarem de mãos dadas, e tal acordo abre espaço para as mais diversas conclusões a cerca dos interesses contidos por ocasião da constituição do padroado. Podemos lançar nota que o padroado régio tinha como objetivo captar fiéis, batizando e convertendo, independente da vontade, da aceitação, e pior ainda era usado o discurso que tal pratica era positiva, pois os negros passavam a pertencer ao mundo cristão onde teriam suas almas salvas ao ter conhecimento sob a dita verdadeira religião.

Conduzindo apenas ao questionando, por que em época tão negra da história a Igreja brasileira o clero não se levantou em defesa dos negros? Ademais, beneficiou-se em casos extremos a se beneficiar diretamente da exploração e do sofrimento.

Na dinâmica da evolução dos fatos, deve ser analisado como está problemática evoluiu dentro da História do Brasil, fazendo com que a Igreja, não só aceitasse e reforçasse o sistema, como também se tornasse usuária do trabalho escravo africano em suas propriedades, utilizando-se diretamente de métodos desumanos para a exploração da força de trabalho do negro, afastando-se, assim, de sua verdadeira missão pregada pelo seu mestre e mentor Jesus Cristo (PEREIRA, 2018, p. 4).

É claro que diante de informações tão chocantes, que são encontradas quando se adentra no tema da escravidão é de se lembrar que se busca analisar os fatos daquela época, inclusive no tocante a participação da Igreja, a partir de uma leitura o mais imparcial possível, com vistas a interpretar tais fatos do ponto de vista mais real possível.

Mas quando nos deparamos com informes tão desumanos, deveria isso bastar para provocar em cada um, uma tamanha indignação que no mínimo deveria servir para impulsionar cada um a que buscasse melhor se informar sobre os fatos.

É notório que no dia a dia as pessoas buscam se informar sobre tantos assuntos que poderíamos chamar de fúteis, como novelas e futebol, por que então não buscar se informar

sobre o passado, do seu próprio povo, sobre o passado dos seus ancestrais, sobre um passado que está ligado diretamente ao presente, visto que os valores da sociedade atual contêm a herança daqueles tempos.

Assim, poderia se entender um pouco do por que de tanta discriminação presente nos dias atuais, e entender um pouco de quem foi a responsabilidade pela existência da discriminação nos nossos dias, ou concluir, de maneira diversa, sobre tais questões, para que assim se possa assumir o papel consciente de cidadão.

Ainda a guisa de não cometer injustiças, é preciso observar que as ações perpetradas por parte dos religiosos, não abarcou sua totalidade, pois muitos agiram em prol dos negros, movidos por sentimentos de inconformidade que os impediam de se aliar a proposta vigente na época, mesmo que tais ações fossem inexpressivas no sentido de levar a Igreja a se abster da participação da forma cruel de exploração de seres humanos.

Nos dias atuais percebe-se que inúmeras são as pessoas com consciência das barbáries cometidas dentro destes eventos históricos, sendo assim surge o seguinte questionamento, de que modo mandatários da igreja poderiam propagar os princípios de Jesus Cristo, e ao mesmo tempo compactuarem com uma forma explorativa, que proporcionava a desigualdade, o terror e agressões em pessoas capturas e forçadas a uma mão de obra não remunerativa? Além disto, como poderiam permitir que esta escravização, encarceramento e castigos grotescos e em maior parte das vezes insuportável aos descendentes africanos.

Ao tentar entender os fatos que envolveram a Igreja, lançamos mão das mais diversas posições a respeito do tema, onde encontramos apenas as conquistas e as realizações positivas, elevando e enriquecendo nomes de personalidades e seus aspectos, muitos dos quais ainda se tornaram figuras de prestígio dentro do contexto histórico do país.

Verifica-se que os historiadores defendem que os fatos históricos devem ser analisados desde a expressão situada no tempo, ou seja, observam falhas e exatidões dos religiosos, mas asseveram que estes necessitam ser analisados do princípio da realidade da época, considerando o que poderia aceitar-se como correto ou errôneo no tempo dos acontecimentos.

Há também manifestações que refletem um posicionamento mais crítico, e exposição das problemáticas, as rupturas e os defeitos, as atrocidades cometidas pela entidade no decorrer de sua caminhada, inúmeras ocasiões caracterizam-se como forma de entendimento preferível as causas que os conduziram, afim de se precaver-se que estes não seriam repetidos em nossa atualidade.

Neste aspecto, percebe que estes acontecimentos se condena a igreja e religião pela ocorrência destes, e sua propagação e respaldo.

Dentre as justificativas encontradas para a escravidão do negro, vislumbramos a religião como remédio anestésico, visto que desenvolviam teorias para justificar as ações criminosas e acalantar as almas sofridas.

Para tanto anunciavam a teoria da maldição divina, que era apresentada sob três modalidades, pelo que recorreremos aos estudos de Azzi (2008, p. 28), onde relata que na época havia três teorias, onde a primeira afirmava: “que a escravidão era consequência do pecado de Adão e da maldição imposta ao homem de trabalhar com o suor de seu rosto. O trabalho escravo evidenciava na sociedade humana a força dessa maldição”.

De outra forma, considerava-se que o povo africano descendia de Caim, e desta maneira carregavam consigo a maldição divina de serem da linhagem do primeiro homicida, em outras palavras, acreditavam que por Caim ter matado seu irmão, o mesmo foi amaldiçoado por Deus.

Esta maldição, estingia-se em uma marca para sempre lembrar de tal crime, consistindo está na cor escura dos africanos, e assim deveriam carregar consigo a punição da escravidão.

Ainda, outra teoria de cunho religioso contava que “os africanos eram os descendentes de Caim, o filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após provar o fruto da videira” (AZZI, 2008, p.28), da mesma maneira como a remanescente população devastada através do dilúvio.

Conforme ainda a cultura judaica “a maldição de Noé parecia ser ainda a mais atuante: daí serem os negros da África considerados com frequência como descendentes de Caim” (AZZI, 2008, p.28), tal façanha condenável deveria ser recompensada através da escravidão deste povo.

Mas a questão é levada mais adiante pelo escritor quando assevera que:

Uma das justificativas ideológicas ao aprisionamento das populações africanas era a sua posterior conversão ao cristianismo, antes da travessia do Atlântico muitos cativos eram batizados e começavam a receber os rudimentos da doutrina cristã (PEREIRA, 2018, p. 10).

Segundo o autor supra citado, neste ponto a Igreja participava ativamente do processo de instituição da escravidão ao se beneficiar pela iniciação do negro africano na religião ainda na África, com a finalidade de aumentar seu rebanho.

Anteriormente em sua obra Pereira (2018)

Contra todos os ensinamentos de Jesus Cristo – criador e inspirador da Igreja – que pregou principalmente a paz, a fraternidade, a igualdade, a justiça e o respeito entre

os homens; a Igreja, nesta fase de sua história, se coloca ao lado da exploração, da violência, da desigualdade e do terror sobre pessoas indefesas, caçadas e aprisionadas como animais do outro lado do oceano e trazidas à força para o trabalho escravo, para o cativo, para os castigos horrorosos e para a morte em todo o continente americano e, mais especificamente, no Brasil (PEREIRA, 2018, p. 5).

Talvez aqui, então, possa estar parte das respostas às perguntas antes mencionadas, ou seja: alguns religiosos eram também movidos pelo sentimento de ganância visto que difundia o amor, e nesse caso não haveria espaço para batismos compulsórios, para arregimentação de indefesos que eram privados de expor sua opinião á cerca de aceitar ou não a doutrina Cristã.

Imagine-se o cenário dentro dos navios negreiros, durante a longa travessia do oceano até chegar em solo brasileiro quando os religiosos na busca de novas almas pela conversão dos negros escravos, distorcendo a realidade de Cristo atormentavam os capturados, com imposição severa de doutrina desconhecida e imprópria para o momento pelo que com propriedade

Ao narrar o sacrifício e a morte mística de Cristo durante as cerimônias celebradas nos navios pelos missionários, afirma que os mesmos eram capazes de celebrar a missa nos navios negreiros, onde o Cristo vivo estava sendo acorrentado, açoitado, amaldiçoado, sem mesmo perceberem o que estavam fazendo nem onde se realizava o verdadeiro sacrifício (HOORNAERT, 2008, p. 299).

E aqui cabe refletir ainda que suscintamente a expressão, sem perceberem o que estavam fazendo, ao optarmos pela hipótese que sabiam o que estavam cientes de seus atos, evidenciaríamos a hipótese que estivessem dominados por um sentimento da mais alta hediondez, visto que além de estarem violando os ensinamentos que deveriam propagar, ou seja a mensagem de amor (onde está incluído o respeito a diversidades), estavam, por conseguinte, ainda representando o signo de outra entidade espiritual, uma entidade espiritual que fornecia energia, fornecia combustível, fornecia ideias, e justificativas para aplicação dos mais altos suplícios de que se era possível utilizar por quem se intitulava entidade religiosa.

E, por outro lado, se admitirmos que não percebiam o que faziam, estaríamos subestimando a inteligência, visto que por mais atrasados que estivessem naqueles tempos, no tocante a presença de legislações que resguardassem direitos humanos, havia dentro de cada religioso um sentimento nato de justiça, havia dentro do amago de cada um deles regras claras do que seja respeito ao próximo, do que fosse justiça, ética, valores, equilíbrio, etc.

Conduzindo ao entendimento que os sentimentos de nobreza foram desrespeitados, em prol de uma política que visava lucro, riqueza, soberba, dentre outros adjetivos que poderiam ser citados.

Em outro pensamento então, pode-se dizer que não houve desrespeito, violação de direitos, barbárie, de repente é possível que seres humanos se posicionem avalizando tais atos, como politicamente corretos, visto terem ocorrido em outra época, quando não se exigiria

conduta diversa com as relatadas em linhas gerais pelos livros de história, e tal postura é responsabilidade de quem a acolhe pois revelará aquilo que cada um é, ainda que analisando os fatos de um tempo longínquo de quando ocorreram.

2.1 O Padroado - O grande Acordo

Embora se compreenda um pouco do mecanismo vigente naqueles tempos sombrios, é necessário analisar o que fora chamado de Padroado, e aqui nos socorremos nas palavras de quando afirma que “as duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Uma estava ligada à outra, sendo o catolicismo reconhecido como a religião do Estado” (FAUSTO, 2009, p. 29).

No entanto, a Igreja estava subordinada ao Estado por um mecanismo denominado mecenato real que consistia numa ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca de assegurar que a Coroa promovesse e garantisse os direitos e a organização da Igreja nas terras não povoadas.

Sob este ponto de vista, restringia-se a igreja a domínios sobre as terras tomadas pelo estado português, em contra partida a coroa recolheria o dízimo ofertados pelos fiéis, estes que deveriam caracterizar um décimo de sua renda.

Em troca dos benefícios, a família real deve pagar o clero e construir e cuidar das igrejas, mas por outro lado será responsável pela criação de uma diocese e pela nomeação de bispos. A igreja tornou-se uma ferramenta muito eficaz que pode transmitir o conceito geral de obediência e, mais estritamente, o poder da obediência ao estado, ou seja, governar a alma.

Ainda lançamos mão do que é observado por Matos (2011, p.101) que “o sistema do padroado como o estabelecimento de um solene compromisso entre o Estado, na pessoa do rei, e a Santa Sé, tendo em vista a propagação da fé cristã e a consolidação da Igreja”, bem como a sua expansão e crescimento.

Arrematando o tema Hornaert *et al.* (2008, p.257), faz a seguinte leitura: “a religião funcionava na maioria dos casos como uma lavagem cerebral no sentido de inculcar nos escravos as virtudes da obediência servil, da paciência passiva, da dependência, da entrega de sua dignidade”,

Seguindo a mesma linha de raciocínio complementa-se mais adiante em sua obra onde enfatiza “os negros escravos adquiriram com o tempo, as virtudes do cativo, dentre elas, a resignação e, também a mansidão, a paciência, a humildade, a submissão, finalmente a completa entrega da personalidade” (HORNERT *et al.*, 2008, p.367).

Nessa perspectiva, poder-se-ia dizer que é fundado o país Brasil, um país que nasce com a saga do sofrimento e da esperteza, anos a fio, sob a égide sombria, égide esta que não admitia questionamento á respeito sua legitimidade, o que seria considerado um atentado, uma insubordinação, até mesmo porque a religião que Deus estava por trás de tudo.

Como antes visto, a escravidão era justificada como um meio de salvação, e quem por ventura fugisse das correntes estaria em pecado, como bem coloca ainda Hornaert *et al.* (2008, p.340) que “aqueles religiosos que “doutrinaram os africanos lhes ensinaram que os foragidos vivem em estado de pecado mortal, vão para o inferno, são condenados para sempre”.

Nesse cenário o Brasil dá seus primeiros passos em direção a longínqua democracia, que está presente nos dias atuais, uma democracia manchada pelo sentimento herdado de uma cultura que por anos dominou e difundiu a imagem do negro como imagem de um ser diferente do homem branco, um ser que deveria viver para servir, e os religiosos da época faziam vistas grossas a problemática, não tinha escrúpulos frente ao sofrimento alheio.

No seu discurso não havia espaço para percepção de sofrimento, eram manifestações naturais que serviriam para expiar os pecados dos infortunados, que tiveram tal sorte e tal estigma, apenas pelo tom da pele ser escuro.

Mas nem tudo era sombras e espíritos com luz focavam luz, quando se inquietavam com tal cenário, denunciando com vigor tal problema e suas consequências nefastas, pelo que nos valem de Assunção (2003, p.32), “alguns poucos jesuítas lutaram para mostrar as injustiças praticadas contra o negro e o horror da escravidão colonial”.

E para entender um pouco melhor o movimento pró negro, observamos as palavras de Hornaert *et al.* (2008, p.249) quando afirma que “foram numerosos casos de expulsão de membros da Igreja que ousavam levantar a voz contra a sistemática exploração dos pobres indígenas e africanos”.

Complementando, Hornaert *et al.* (2008, p.291) destaca ainda que “apesar de todos estes condicionamentos em contrário houve sempre, no clero que atuava no Brasil, vozes discordantes, que procuravam colocar a vida sacerdotal em termos de missão evangélica e não em termos de expansão de um sistema religioso”.

Onde anteriormente em sua obra Hornaert *et al.* (2008, p.180) afirma que

Os diversos bispos que protestaram ou, simplesmente, não se conformaram com as imposições da metrópole, ou tiveram dissensões com os governantes no Brasil eram chamados a Portugal para prestar contas de sua atuação ou simplesmente afastados da sede episcopal e exilados (HORNAERT *et al.*, 2008, p. 180).

Tais relatos evidenciam um pouco dos bastidores, um pouco da política interna, um pouco do perfil dos religiosos que se faziam presente em solo brasileiro, e assistiam o cenário cruel.

Devemos então mencionar que não havia unanimidade, havia dois espíritos regendo as ações, havia dois grupos de religiosos, um que segurava o chicote, e, de outro lado, um grupo que buscava amenizar a dor, mas encontrava reação enérgica dos detentores do poder, que usavam de expedientes nada ortodoxos para sufocar manifestações.

Em consequência da expulsão de religiosos ou mesmo envio de tais religiosos a Portugal, dentre outras políticas, o que é ilustra-se ainda com propriedade por Azzi (2008, p.19) “não se deve olvidar, enfim, a dedicação de muitos missionários à causa da fé, o sacrifício por eles dispendidos na tarefa da evangelização, redundando por vezes na sua própria morte”.

Com certeza a presença de almas caridosas estiveram presentes no processo maquiavélico, levando alento muitas vezes ao sofrimento de algumas almas, ou seja, a presença de verdadeiros cristãos foi uma realidade, ainda que não fosse vista com bons olhos.

Quanto sofrimento devem ter vivenciado tais Cristãos ao estarem cerceados diante das políticas vigentes, assistindo seus pares agirem contra todos ensinamentos de Jesus Cristo-Criador e Inspirador da Igreja, que pregava a paz, a fraternidade, a igualdade, a justiça e o respeito entre os homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como poderia dizer que somos todos irmãos se o negro era tratado como um animal de carga? Pelo exposto após a análise dos contextos violentos apresentado, poderíamos concluir que os preceitos e os dogmas da Igreja católica foram utilizados para justificar o sistema opressor contra os mais fracos, ou seja, os negros escravos.

Por outro lado, verificamos a existência de religiosos que atuaram, de um modo geral, ao lado dos interesses dos colonizadores, pois dependiam financeiramente dos cofres da Coroa portuguesa e eram fortemente reprimidos quando discordavam.

Enfim, um pouco do quadro foi apresentado, onde se buscou aventar a influência e a participação da Igreja Católica na implantação da escravidão negra africana no projeto colonial português para o Brasil, a partir do século XVI.

Do que podemos deduzir as consequências morais, sociais e espirituais, advindas da escravidão, os benefícios que nos trouxeram, que chegaram nos dias atuais, que resultados positivos com relação à conversão católica ocorreram, visto que os religiosos naquela época, a princípio, tinham como objetivo, como ideal, a formação cristã auspiciada pelos missionários.

Pois, se observarmos que a formação cultural da sociedade brasileira iniciou no período no período colonial, e quem estava a frente do processo de educação eram os religiosos, os quais transmitia os valores que a sociedade deveria adotar e praticar.

REFERÊNCIAS

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. 96 p.

FO, Jacopo; TOMAT, Sergio; MALUCELLI, Laura. **O Livro Negro do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. 272 p.

PEREIRA, Tullio Augusto de Paiva. A Igreja Católica e a Escravidão Negra no Brasil A Partir Do Século XVI. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.L.], v. 05, n. 05, p. 14-31, 11 jun. 2018.

HOBBSAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 464 p.

AZZI, Riolando. **A Igreja católica na formação da sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008. 168 p.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

HONAERT Eduardo *et al.* **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo. **Os jesuítas no Brasil Colonial**. São Paulo: Atual, 2003.